

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo Class.: Terra / Demarcações
 Data 20/07/93 Pg.: 1-10 249

RESERVAS INDÍGENAS

Demarcação causa divergência no governo



O ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves

Da Sucursal de Brasília

A demarcação de áreas indígenas está criando um impasse entre o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves.

Um parecer da subchefia jurídica da Casa Civil devolveu ao Ministério da Justiça as propostas de decretos para a demarcação de seis territórios, sob alegação de que é preciso ouvir quatro órgãos públicos antes de aprovar as medidas.

As áreas que estão em fase de homologação presidencial são as dos índios Mekranotire (PA, região abundante em ouro), Campinas-Catukina (AC), Jarará (MS), Estivadinho (MT), São Leopoldo (AM) e Lago Aiapoá (AM).

Com base em um aviso presidencial da época do ex-presidente Fernando Collor de Mello, a assessoria jurídica da Casa Civil desenvolveu o parecer que contesta a demarcação dessas seis áreas indígenas —que já está em fase de

homologação.

O parecer da Casa Civil determina que sejam ouvidos os seguintes órgãos: o Emfa (Estado-Maior das Forças Armadas), para avaliar uma possível ofensa à soberania nacional; o DNPM (Departamento Nacional da Produção Mineral), sobre eventual sobreposição com jazidas minerais estratégicas; a Eletrobrás, sobre o potencial hidrelétrico da área e, finalmente, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), sobre a defesa da biodiversidade.

O Ministério da Justiça recebeu o parecer da Casa Civil e o devolveu ontem com um parecer contrário, elaborado pelo consultor-jurídico Guilherme Magaldi Netto. O consultor alega que, o aviso presidencial que fundamentou o parecer da Casa Civil já foi superado por um parecer do próprio Ministério da Justiça, quando Célso Borja (também do governo Fernando Collor de Mello) era seu titular.